

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Superior da Magistratura e do Supremo Tribunal de Justiça;

Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura;

Exmos. Senhores Vogais do Conselho Superior da Magistratura;

Exmo. Senhor Vice-Procurador-Geral da República em representação da Sr<sup>a</sup>. Procuradora Geral da República;

Exmo. Senhor Chefe de Gabinete da Sr<sup>a</sup>. Secretária de Estado da Justiça, em representação da mesma;

Exmos. Senhores Juízes Conselheiros;

Exmo. Senhor Director do Centro de Estudos Judiciários;

Exmos. Senhores Presidentes dos Tribunais da Relação;

Exma. Senhora Secretária-Geral da ASJP;

Exmo. Senhor Chefe de Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e Membros do CSM;

Exmos. Senhores Inspectores Judiciais, Juízes Desembargadores e Presidentes dos Tribunais de Comarca;

Ilustres Representantes dos organismos ministeriais;

Exmo. Senhor Secretário Cessante do Conselho Superior da Magistratura,

Exma. Senhora Secretária do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

Exmo. Senhor Secretário do Conselho Superior do Ministério Público;

Exma. Senhora Juiz Desembargadora, Ponto de Contacto da Rede Judiciária Europeia;

Exmos. Senhores Juízes de Direito;

Exmos. Senhores Juízes Adjuntos, assessores, dirigentes e funcionários do CSM;

Caros Convidados, Amigos e família,

Minhas Senhoras e Senhores;

Cumpre-me desde logo apresentar os meus mais profundos cumprimentos e agradecimentos a todos quantos fizeram questão de me presentear com a sua presença neste momento especial e único, enquanto magistrada e enquanto pessoa.

Depois de 18 anos no exercício de funções enquanto auditora de justiça, juiz estagiária e juiz de direito por diversos tribunais por este país, funções essas que sempre exerci com todo o orgulho e das quais nunca pretendi abdicar, porque correspondem ao que realmente gosto e sei fazer, cumpre-me a enorme honra de exercer estas funções enquanto Juiz Secretária do CSM, agradecendo desde já o inesperado convite que me foi efectuado de puder dar o meu

contributo a esta fantástica equipa, composta por pessoas que, acima de tudo e tal como eu, são e sentem-se simplesmente Juízes...

Foi com a expressividade que todos nós sabemos que os juízes portugueses depositaram a sua confiança no projecto desta equipa, em exercício de funções, que agora tenho o prazer de integrar, e foram as ideias e os objectivos sufragados nesse projecto, democraticamente legitimado, que me fizeram humildemente aceitar, sem reservas ou qualquer objecção, o convite para o exercício destas funções, com a esperança e com o objectivo de poder dar o meu singelo contributo à exequibilidade deste ideário.

Parece um lugar comum afirmar que vivemos tempos de mudanças na Magistratura Judicial e consequentemente na JUSTIÇA, mas efectivamente tal corresponde à realidade, sufragada recentemente com a publicação das alterações ao Estatuto dos Magistrados Judiciais e a sua entrada em vigor já no início do próximo ano.

Se é certo que essas alterações, durante tanto tempo pretendidas e negociadas, constituem para a magistratura judicial alterações bastante positivas, não só do ponto de vista remuneratório, mas principalmente do ponto de vista da dignidade, da independência e da eficácia da função de julgar, só serão exequíveis se este conselho lograr granjear os meios necessários junto de quem de direito para que as mesmas se tornem uma realidade junto de todos os juízes.

Efectivamente, dispondo já a lei em vigor que o CSM é dotado de autonomia administrativa e financeira, com orçamento próprio, inscrito nos encargos gerais do Estado, do Orçamento do Estado, suportando as despesas com os seus membros, com o quadro de magistrados e funcionários que estão afectos aos seus serviços, com os magistrados judiciais afectos aos tribunais judiciais de 1ª instância e as demais despesas correntes e de capital necessárias ao exercício das suas funções, cumpre exigir junto de quem de direito o reforço orçamental necessário à execução destas alterações, o que não se compadece com um orçamento sujeito a cativações, sem qualquer paralelo com outras entidades ou órgãos que também exercem funções de Estado; com apenas 1% de receitas próprias; com constantes necessidades de reforço orçamental; com falta de verbas para o exercício de funções essenciais, designadamente de representatividade internacional através dos pontos de contacto civil e penal ou de criação de gabinetes de assessoria às Comarcas, compostos por assessores que possam prestar o seu contributo ao juiz em processos de especial complexidade, insuficiências e contingências essas que em nada dignificam a independência e a eficiência do poder judicial.

Sem meios, muitas das alterações agora introduzidas no Estatuto dos Magistrados Judiciais, não passarão de letra morta inscrita em Diário da República.

Estou ciente das dificuldades que se avizinham, por isso garanto não baixar os braços e dar o meu melhor contributo para que se obtenham os meios necessários à execução das nossas competências, enquanto órgão de gestão e de representação da Magistratura Judicial.

Cumpre-me igualmente proferir algumas palavras relativamente à importância da formação permanente dos Srs. Magistrados Judiciais e à necessidade de fomentar cada vez mais o seu cariz prático, sendo por isso uma honra e um prazer enorme colaborar com aquela que é a nossa primeira casa enquanto juízes e que ao longo de toda a nossa carreira nunca a deixamos de sentir como tal, o Centro de Estudos Judiciários.

Aqui chegados, cumpre-me desde logo apresentar uma palavra especial de apreço a todos os Sr.s Funcionários e colaboradores deste Conselho, com quem terei o enorme prazer de trabalhar nos três próximos anos, colocando-me à inteira disposição de todos e pedindo humildemente a vossa colaboração, por forma a inteirar-me dos contornos e das exigências destas funções, para as quais contei já nos últimos meses com o precioso contributo do Sr. Juiz Secretário Cessante, Sr. Juiz Desembargador Dr. Carlos Castelo Branco, a quem desde já apresento os meus profundos agradecimentos e relativamente ao qual desde já realço a forma digna, esforçada, competente e dedicada com que pautou o exercício

das suas funções, que serão sempre um guião no exercício das minhas.

Agradeço também muito especialmente ao Sr. Presidente do CSM e STJ, ao Sr. Vice-Presidente do C.S.M. e restantes membros do plenário deste Conselho, não só pela confiança que em mim depositaram na nomeação para o exercício destas funções, para as quais espero estar à altura, como igualmente pela permissão que me concederam de assistir às últimas sessões do plenário e do permanente, enquanto observadora, por forma a inteirar-me das regras do seu funcionamento. Da minha parte desde já expresso a minha total dedicação e colaboração para o regular funcionamento destes órgãos, a qual será certamente facilitada pela Vossa compreensão e pela elevada competência e dinamismo de todos quantos os integram.

Também uma palavra muito especial de grande estima, carinho e gratidão dirigida aos meus formadores das áreas cível, penal e família, Dr. Fernando Bastos, Dr<sup>a</sup> Teresa Costa e Sr. Juiz Desembargador Dr. Paulo Guerra, que me ensinaram a dar os primeiros passos enquanto juiz e que tanto contribuíram para a minha formação, com o seu exemplo e com os seus ensinamentos, não só enquanto profissional, mas principalmente enquanto pessoa.

Também uma palavra de agradecimento e carinho à minha família aqui presente, pais, marido e também à minha filha, que com grande pena minha não pode estar presente, pelo apoio,

compreensão e paciência que sempre senti durante esta longa caminhada e relativamente aos quais sei que me encontro em dívida pelas inúmeras vezes em que estive ausente ou pelo menos pouco presente por motivos profissionais.

Resta-me igualmente agradecer aos meus amigos, que afinal são a família que nós escolhemos, pela vossa paciência e capacidade de me ouvirem, de me aconselharem, e, principalmente, pela reiterada presença nos melhores e piores momentos da minha vida.

Exerci as minhas funções enquanto juiz principalmente na área cível, mas foi nos últimos três anos, na área da família e menores, para a qual tenciono regressar no final destas minhas funções, que finalmente senti grande satisfação e realização na minha função social.

Um muito obrigada ao Dr. António Fialho pelo desafio que me fez há três anos para abraçar esta jurisdição da família e menores e aos restantes colegas com os quais também a partilhei, a Dr<sup>a</sup>. Maria do Céu Pires e o Dr. Vítor Nunes, com quem tanto aprendi e intensivamente vivi.

Foi nesta área que aprendi a valorar e a privilegiar o diálogo e o consenso, em detrimento das decisões unilateralmente impostas, tantas vezes mal compreendidas por quem se destinam, bem como o bom senso e as especificidades do caso concreto, em detrimento do

estrito legalismo. E são estes princípios que tenciono ter como norte nos próximos anos enquanto Juiz Secretária do C.S.M.

O projecto que hoje abraço, é um projecto de todos e para todos, pela Justiça e pela valorização da sua imagem junto do cidadão, e requer a união, o diálogo, o entendimento e o esforço de todos os seus participantes, sem qualquer excepção, sendo que tudo farei para o tornar uma realidade, porque, conforme dizia Albert Pine: *“O que fazemos por nós mesmos morre connosco, mas o que fazemos pelos outros e pelo mundo, permanece e é imortal”*.

Muito obrigada pela vossa presença!

Ana Chambel

Lisboa, 03 de Setembro de 2019.